

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e acionistas da
Eólica Ibirapuitã S.A.
Florianópolis - SC

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Ibirapuitã S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Ibirapuitã S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 15 de fevereiro de 2023.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	210	2.332	Empréstimos e financiamentos	8	3.861	3.836
Contas a receber de clientes	4	1.056	1.130	Fornecedores	9	136	134
Impostos a recuperar	5	81	181	Obrigações sociais e trabalhistas		3	2
Despesas antecipadas		159	73	Obrigações tributárias	10	220	387
Outros ativos circulantes		566	143	Penalidade Weg		130	130
Penalidades contratuais - WEG		-	-	Outras contas a pagar		7	7
		<u>2.072</u>	<u>3.859</u>			<u>4.357</u>	<u>4.496</u>
Não circulante				Não circulante			
Fundos Vinculados	6	9.316	9.986	Empréstimos e financiamentos	8	24.363	27.914
Imobilizado	7	50.321	88.577	Contingências		298	248
Intangível - Servidões		333	333	Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	11	6.554	6.188
		<u>59.970</u>	<u>98.896</u>			<u>31.215</u>	<u>34.350</u>
				Patrimônio líquido	13		
				Capital social		64.976	64.976
				Prejuízos acumulados		(38.506)	(1.067)
				Reserva de lucros		-	-
						<u>26.470</u>	<u>63.909</u>
Total do ativo		<u><u>62.042</u></u>	<u><u>102.755</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>62.042</u></u>	<u><u>102.755</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida de vendas	14	13.820	18.517
(-) Custo de operação	15	(15.345)	(13.977)
(=) Lucro bruto		(1.525)	4.540
(+/-) Despesas operacionais	16	(33.132)	(589)
(=) Resultado operacional		(34.657)	3.951
Receitas financeiras	17	1.239	341
Despesas financeiras	17	(3.178)	(2.862)
(=) Resultado financeiro		(1.939)	(2.521)
(=) Prejuízo antes das provisões tributárias		(36.596)	1.430
Imposto de renda e contribuição social	18	(843)	(739)
(=) (Prejuízo)/lucro líquido do exercício		(37.439)	691

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	<u>(37.439)</u>	<u>691</u>
Instrumentos financeiros	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(37.439)</u>	<u>691</u>
Total do resultado abrangente atribuível a:		
Acionistas da Companhia	<u>(37.439)</u>	<u>691</u>
	<u>(37.439)</u>	<u>691</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais mil)

	Capital social integralizado	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	64.976	(1.758)	63.218
Prejuízo do exercício		691	691
Saldos em 31 de dezembro de 2021	64.976	(1.067)	63.909
Prejuízo do exercício	-	(37.439)	(37.439)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	64.976	(38.506)	26.470

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes dos impostos	(36.596)	1.430
Itens que não afetam o caixa operacional		
Impairment	31.917	(422)
Depreciações e amortizações	6.444	6.476
Ressarcimento por geração reduzida - Contrato CCEAR	366	600
Custo de captação do empréstimo	43	51
Provisões passivas	-	(379)
Encargos Financeiros	2.949	2.676
Constituição (reversão) provisão para contingências	-	-
Bônus contratual O&M	-	53
	5.123	10.485
Aumento/(diminuição) das contas de ativo e passivo		
Contas a receber	74	523
Impostos a recuperar	62	131
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Depósitos judiciais	-	-
Outros ativos	(423)	(8)
Penalidade WEG	-	-
Penalidades Contratuais	-	-
Fornecedores	2	10
Provisões passivas	-	-
Obrigações trabalhistas e sociais	1	(2)
Obrigações tributárias	(214)	(90)
Outro passivos circulantes e não circulantes	-	(15)
Caixa líquido das atividades operacionais	4.625	11.034
Juros pagos	(2.736)	(2.678)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(795)	(699)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	1.094	7.657
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do imobilizado/intangível/Investimentos	(104)	(14)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(104)	(14)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento/(redução) dos empréstimos	-	-
Operações com Partes Relacionadas/AFAC	-	-
Captações	-	-
Pagamento empréstimos - principal	(3.782)	(3.775)
Pagamento de dividendos	-	-
Fundos vinculados	670	(6.486)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(3.112)	(10.261)
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(2.122)	(2.618)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.332	4.950
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	210	2.332
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(2.122)	(2.618)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A Eólica Ibirapuitã S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, sediada na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 999, Bairro Pantanal em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

A Companhia faz parte do Complexo Eólico de Livramento, sendo uma subsidiária integral da Livramento Holding S.A., tendo sido criada em outubro de 2011, a partir da associação da Eletrosul S.A., com a Fundação Elos e com o Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações, para ser o veículo de investimento dos sócios na implantação de 5 (cinco) centrais geradoras eólicas no município de Santana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul.

Em 16 de março de 2016 a gestora de recursos Brasil Plural assumiu a gestão do Rio Bravo Energia I - Fundo de Investimento em Participações, o qual passou a se chamar Brasil Energia - Fundo de Investimento em Participações.

Em Assembleia Geral realizada no dia 18 de novembro de 2019 a Companhia levou a conhecimento dos demais acionistas a transferência da participação acionária da Elos (Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social) para a titularidade da Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - CGT Eletrosul.

O Parque Ibirapuitã possui 25,2 MW médios de potência instalada com um total de 10,3 MW médios de garantia física, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Conforme exigido pelo Leilão, para implantação e exploração do parque Eólico Ibirapuitã foi constituída uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) para se estabelecer como Produtora Independente de Energia Elétrica.

As atividades do Parque Eólico Ibirapuitã se iniciaram em dezembro de 2011, quando ocorreram os primeiros aportes de capital pela holding para fazer frente às primeiras despesas com as obras de implantação do parque eólico e algumas despesas administrativas iniciais.

Em novembro de 2014, foi efetuada a troca do fornecedor dos aerogeradores do parque, por insuficiência operacional da WPE Windpower. A WEG Equipamentos Elétricos S.A. foi a nova fornecedora dos 12 Aerogeradores contratado para entrega dos parques até maio de 2015. As atividades de implantação da Central Geradora Ibirapuitã, contratadas com a empresa WEG Equipamentos Elétricos S.A., se encerraram em julho de 2015.

Em 31 de dezembro de 2022 a central eólica encontra-se em operação comercial.

1.1. Autorizações

O Ministério de Estado de Minas e Energia, autorizou a Companhia, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, conforme demonstrado abaixo:

Controlada	Portaria	Data publicação	Capacidade instalada	Prazo de duração
Eólica Ibirapuitã S.A. (*)	68	22/02/2012	24.000 kW	35 anos a partir da publicação

(*) Em Julho/2015, a potência instalada foi alterada para 25.200kw através da resolução autorizativa Aneel número 5.366.

2. Base de preparação

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro 2022, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e segundo as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), quando estas não conflitam com as do CPC.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 15 de fevereiro de 2023.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto aplicações financeiras e fundos vinculados que estão a valor justo.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, intangível, provisões e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2.2. Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros.

- Classificação - ativos e passivos financeiros;

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais.

As perdas esperadas se aplicarão aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

2.2.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa serão estabelecidas quando existir uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, a conta a receber não considera encargos financeiros, atualização monetária ou multa. A Companhia não tem histórico de inadimplência em suas contas a receber.

2.2.4. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Demonstramos a seguir, a estimativa de vida útil do imobilizado:

	<u>Vida útil</u>
Edificações obras civis e benfeitorias	29 anos
Máquinas e equipamentos	25 anos

Demonstrado ao custo, reduzido das depreciações de bens do imobilizado, calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 7.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídas no resultado.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassarem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia.

As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

2.2.5. Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável os correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

2.2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.2.7. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

2.2.8. Reconhecimento de receita

Toda energia produzida pela Companhia é vendida através de Contratos de Comercialização no Ambiente de Comercialização Livre. Todos os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Dessa forma, com base nas características dos contratos descritas acima, a Companhia e suas controladas entendem que suas obrigações de desempenho são identificáveis, precificáveis e realizáveis mensalmente, sendo reconhecida a receita no momento da disponibilização da energia.

2.2.9. Imposto de renda e Contribuição social

O Imposto de Renda é apurado com base no lucro presumido. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são recolhidos trimestralmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

2.2.10. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis:

- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020;
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Bancos conta movimento	31	7
Aplicações financeiras	179	2.325
	<u>210</u>	<u>2.332</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que a Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, sendo que estão representadas por aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R1).

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em aplicações em instituições financeiras de primeira linha e as aplicações financeiras são destinadas às manutenções operacional e administrativa da Companhia.

4. Contas a receber de clientes

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão de venda de energia	75	145
Venda de Energia	981	985
	<u>1.056</u>	<u>1.130</u>

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo referente a provisão de venda de energia representa a venda do mês de dezembro, cujas faturas serão emitidas no mês subsequente.

5. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
PIS a recuperar	21	23
COFINS a recuperar	36	102
IRRF sobre aplicação	-	(4)
Outros	24	60
	<u>81</u>	<u>181</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

6. Fundos vinculados

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicação Bradesco DI - O&M	828	722
Aplicação Bradesco DI - Serviço da dívida	3.203	2.908
Aplicação Bradesco - Centralizadora	5.285	6.356
	<u>9.316</u>	<u>9.986</u>

O saldo de Fundos Vinculados refere-se à aplicação financeira no fundo de investimento Bradesco referenciado DI, corrigida pelo CDI. A totalidade da carteira desses fundos de investimento é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional e/ou do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou pelas operações compromissadas lastreadas nesses títulos. Essa aplicação está vinculada ao financiamento com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, como parte da garantia concedida àquela instituição financeira em decorrência de empréstimos tomados. As movimentações nessa aplicação requerem aprovação prévia do BNDES.

7. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	Custo em 31/12/2022	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2022	Valor Líquido em 31/12/2021
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	8.345	(2.038)	6.307	6.585
Máquinas e equipamentos	3,8	127.512	(42.026)	85.486	91.235
Sistema de transmissão e conexão					
Máquinas e equipamentos	3,8	12.649	(3.056)	9.593	10.010
(-) Impairment (a)		(56.552)	-	(56.552)	(24.635)
Em curso					
Geração					
Material em depósito		5.382	104	5.486	5.382
Adiantamento a fornecedores		19.987	-	19.987	19.987
(-) Provisão para perda		(19.987)	-	(19.987)	(19.987)
Total Imobilizado		<u>97.336</u>	<u>(47.016)</u>	<u>50.320</u>	<u>88.577</u>

As taxas utilizadas para depreciação do imobilizado estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15, emitida pela ANEEL.

Demonstramos a seguir a movimentação do imobilizado para os exercícios de 2022 e 2021:

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Movimentação do ativo imobilizado, líquido	31/12/2021	Impairment	Aquisições	Depreciação	31/12/2022
Em serviço					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.585	-	-	(278)	6.307
Máquinas e equipamentos	91.235	-	-	(5.749)	85.486
Sistema de transmissão e conexão					
Máquinas e equipamentos	10.010	-	-	(417)	9.593
(-) Impairment (b)	(24.635)	(31.917)	-	-	(56.552)
Em Curso					
Geração					
Adiantamento de fornecedores	19.987	-	-	-	19.987
Material em depósito	5.382	-	104	-	5.486
(-) Provisão para perda	(19.987)	-	-	-	(19.987)
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-
	<u>88.577</u>	<u>(31.917)</u>	<u>104</u>	<u>(6.444)</u>	<u>50.320</u>

Movimentação do ativo imobilizado, líquido	31/12/2020	Impairment	Aquisições	Depreciação	Transferências	31/12/2021
Em serviço						
Geração						
Edificações, obras civis e benfeitorias	6.863	-	-	(277)	-	6.585
Máquinas e equipamentos	96.183	-	-	(5.782)	834	91.235
Sistema de transmissão e conexão						
Máquinas e equipamentos	10.427	-	-	(417)	-	10.010
(-) Impairment (b)	(25.057)	422	-	-	-	(24.635)
Em Curso						
Geração						
Adiantamento de fornecedores	19.987	-	-	-	-	19.987
Material em depósito	6.202	-	14	-	(834)	5.382
(-) Provisão para perda	(19.987)	-	-	-	-	(19.987)
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-
	<u>94.618</u>	<u>422</u>	<u>14</u>	<u>(6.476)</u>	<u>-</u>	<u>88.577</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

a. Adiantamento a fornecedores

O montante de R\$ 19.987, refere-se ao total dos valores adiantados pela Companhia ao fornecedor Wind Power. Devido ao não cumprimento das obrigações pelo contratado, este valor encontra-se integralmente provisionado.

Contextualizando o motivo da provisão, em 05 de dezembro de 2014, a Wind Poder apresentou pedido de Recuperação Judicial. Em 12 de fevereiro de 2015, foi publicado edital da 1ª Lista de Credores, elaborada pela Wind Power, em que a Eólica Cerro Chato IV S.A.; a Eólica Cerro Chato V S.A.; a Eólica Cerro Chato VI S.A.; a Eólica Cerro dos Trindade S.A. e a Eólica Ibirapuitã S.A.; em conjunto com a Eólica Chuí I S.A.; a Eólica Chuí II S.A.; a Eólica Chuí IV S.A.; a Eólica Chuí V S.A.; a Eólica Chuí VI S.A. e a Eólica Chuí VII S.A. foram listadas com um crédito de R\$ 157.848. As empresas apresentaram Divergência de Crédito solicitando a sua alteração para R\$ 307.437.

Em 11 de maio de 2015, o Administrador Judicial apresentou a 2ª Lista de Credores, com seu parecer acerca da Divergência, acolhendo-a parcialmente, aceitando o aumento do crédito até o limite do valor anteriormente executado pelas empresas em face da Wind Power, no montante de R\$ 239.974, sendo R\$ 164.202 devidos à Eólica Cerro Chato IV S.A.; à Eólica Cerro Chato V S.A.; à Eólica Cerro Chato VI S.A.; à Eólica Cerro dos Trindade S.A. e à Eólica Ibirapuitã S.A. Em 19 de março de 2018, ocorreu a Assembleia Geral de Credores, na qual o Plano de Recuperação Judicial da Wind Power foi aprovado por todas as classes de credores. Em 07 de fevereiro de 2019, ocorreu a homologação judicial do referido Plano.

Uma das alternativas para o pagamento dos credores é a venda de determinados ativos pela Wind Power, que deveria ocorrer no prazo de até 24 meses após a homologação do Plano. Este prazo, no entanto, ficou suspenso entre março e setembro de 2020, atrasando a execução do plano aprovado. Isso porque em razão da pandemia a justiça determinou a suspensão da Recuperação Judicial, por se tratar de processo que tramita em via física, e não digitalmente. Atualmente estão sendo pagos credores trabalhistas e micro e pequenas empresas com créditos de até R\$ 20 mil.

b. Impairment

A Companhia realizou, em 31 de dezembro de 2022, avaliação individual de sua Unidade Geradora de Caixa (UGCs) quanto aos aspectos do impairment. A Companhia classificou seu projeto eólico como uma UGC e efetuou o teste por autorização concedida.

O valor recuperável da UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso, através de fluxos de caixas projetados, após o imposto de renda e a contribuição social, baseados nos orçamentos financeiros aprovados pela Administração. O impairment está sendo ajustado proporcionalmente à depreciação dos bens.

Anualmente, a Companhia revisa as premissas e resultados, o que gera complemento ou reversões de impairment. Em dezembro de 2022 as projeções indicaram a necessidade de complemento de R\$ 31.917 nesta provisão, cujo saldo na data base passou a ser de R\$ 56.552.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Principais premissas adotadas

	2022
Taxa de desconto para o fluxo de caixa (WACC)	8,42 % pós-taxa De acordo com os contratos de CCEAL vigentes e PLD médio projetado para as vendas ocorridas no ambiente livre.
Preço da receita	3,65% sobre a receita bruta (SPEs são optantes pelo lucro presumido)
PIS e COFINS	0,46% da receita bruta
Taxa de fiscalização da ANEEL	De acordo com as taxas ANEEL
Depreciação	Orçamento financeiro apurado por Unidade Geradora de Caixa (UGC)
Pessoal, materiais, serviços e outros	Prazos das autorizações
Prazos do fluxo de caixa	Média de geração desde o início da operação.
Índice de geração	

Análise de sensibilidade da taxa de desconto para o fluxo de caixa (WACC)

A taxa de desconto de 8,42% a.a. utilizada no teste de impairment foi calculada com base nos riscos e cenário econômico de julho/22, dessa forma, a seguir é apresentada uma análise de sensibilidade demonstrando o resultado do impairment em caso de variação:

	Redução de 3%	Redução de 2%	Redução de 1%	Taxa de desconto utilizada	Aumento de 1%	Aumento de 2%	Aumento de 3%
Taxa de desconto	5,42%	6,42%	7,42%	8,42%	9,42%	10,42%	11,42%
Saldo impairment acumulado	(39.792)	(46.207)	(51.746)	(56.552)	(60.740)	(64.407)	(67.631)
Complemento/Reversão impairment no resultado	16.759	10.345	4.806	-	(4.188)	(7.855)	(11.080)

8. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2022	31/12/2021
BNDES - Principal	28.502	32.067
BNDES - Encargos	113	115
BNDES - Custo de captação	(391)	(432)
Total	<u>28.224</u>	<u>31.750</u>
Circulante	3.861	3.836
Não Circulante	24.363	27.914

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Demonstramos a seguir a movimentação dos empréstimos:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante		
Saldo no início do exercício	3.836	3.838
Transferências do não circulante	3.551	3.722
Amortização - (Principal e encargos)	(6.518)	(6.451)
Encargos	2.949	2.676
Amortização do Custo de Captação	43	51
Saldo no final do exercício	<u>3.861</u>	<u>3.836</u>
Não circulante		
Saldo no início do exercício	27.914	31.636
Transferências para o circulante	(3.551)	(3.722)
Saldo final do exercício	<u>24.363</u>	<u>27.914</u>
	<u><u>28.224</u></u>	<u><u>31.750</u></u>

O montante de empréstimos tem a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
2022	-	3.836
2023	3.861	3.721
2024	3.749	3.721
Após 2024	20.614	20.472
	<u><u>28.224</u></u>	<u><u>31.750</u></u>

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrado no passivo não circulante o montante de R\$ 24.363, referente à segunda parcela dos empréstimos obtidos junto ao Banco.

Em 29 de dezembro de 2017 foi assinado novo contrato de financiamento com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social, o qual determinou que os saldos deixassem de ser atualizados pela TJLP + 2,18% a.a. e a partir da adoção do novo contato os encargos passariam para TJLP + 3,27% a.a. (o montante correspondente à parcela de TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos).

Além disso, houve a troca dos recebíveis oriundos do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) para os negociados no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

A Companhia ofereceu, a título de garantias, além dos recebíveis, os seguintes instrumentos: alienação fiduciária de bens e equipamentos, a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia e valores caucionados em contas reservas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

A Companhia possui obrigação anual, ao encerramento do exercício, de covenants (cláusulas restritivas) de financiamentos exigidos após o início do prazo de amortização correspondente à apuração de um "Índice de cobertura do serviço da dívida - ICSD" igual ou superior 1,3 ao final do exercício. Conforme descrito na nota explicativa nº 22, a Companhia efetuou o pagamento integral da dívida em 03 de fevereiro de 2023 e a Declaração de Quitação do Financiamento está em processo de emissão pelo BNDES. Sendo assim, a obrigação de apresentação anual da apuração de ICSD, com prazo até 30 de abril, não será exigida para o exercício de 2022.

9. Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	21	19
TUST provisão	115	115
	<u>136</u>	<u>134</u>

10. Obrigações tributárias

	31/12/2022	31/12/2021
ISS a pagar	1	1
CSRF a pagar	17	14
IRRF a pagar	2	2
INSS retido a pagar	30	31
IRPJ sobre a receita	58	181
CSLL sobre a receita	70	83
PIS sobre a receita	7	13
COFINS sobre a receita	35	62
	<u>220</u>	<u>387</u>

11. Ressarcimento Contrato CCEAR

Os contratos firmados no ambiente regulado foram suspensos de abril a dezembro de 2017 e rescindidos a partir de janeiro de 2018 de forma permanente. Sendo assim, 100% da energia disponível vem sendo comercializada no mercado livre, através de leilões privados promovidos pelas empresas do grupo Eólicas do Sul, e não há mais o risco do crescimento desta provisão de ressarcimento por geração reduzida devido a uma performance abaixo do previsto na produção de energia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

O saldo remanescente dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) que havia sido previsto pela administração até o exercício findo em 2017 é diferente do divulgado como oficial pela CCEE em 2018. Basicamente a divergência numérica para maior está na data base do PLD médio utilizado. Pela leitura dos contratos, a Companhia utiliza 31 de março de 2017, data em que não há mais a obrigação de entrega de energia ao ambiente regulado, ao passo que a Câmara de Energia utiliza 31 de dezembro de 2017.

A Companhia discutiu a forma de cálculo administrativamente com a ANEEL, mas teve seu pleito negado pela referida Agência em maio de 2019, motivo pelo qual para efeito de provisões no passivo de longo prazo, o que está registrado na data base dezembro de 2022 é o montante calculado pela CCEE.

Os valores a serem ressarcidos às distribuidoras serão objeto de negociação bilateral e estão sendo atualizados à IPCA.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Não circulante		
Saldo início do exercício	6.188	5.588
Variação IPCA sobre saldo de provisão acumulado	366	600
Saldo no final do exercício	<u>6.554</u>	<u>6.188</u>

12. Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2022, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da acionista controladora Livramento Holding S.A. e suas controladas, totalizou R\$ 157 (R\$ 174 em 31 de dezembro de 2021), e inclui salários, honorários e remuneração variável.

Não há nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como a Companhia não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Adicionalmente, também não oferecem outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

13. Patrimônio Líquido

a. Capital social

	31/12/2022		31/12/2021	
	Ações	%	Ações	%
Livramento Holding S.A.	64.976	100	64.976	100
	<u>64.976</u>	<u>100</u>	<u>64.976</u>	<u>100</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o Capital Social da Companhia é de R\$ 64.976, representadas por ações ordinárias que não possuem valor nominal, e a integralidade das ações pertencente a acionistas domiciliados no país. As ações ordinárias encontram-se totalmente subscritas e integralizadas.

b. Reserva de lucros

Legal

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Retenção

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados.

c. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de quaisquer espécies será atribuído, em cada exercício, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da Lei societária.

Em decorrência dos prejuízos apresentados, não ocorreu destinação de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

EÓLICA IBIRAPUITÃ S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

14. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita Bruta		
Penalidade - WEG	-	(53)
Energia Elétrica de curto prazo - CCEE	59	950
Receita de venda de energia - Comercialização	(377)	507
Receita de venda de energia - MCSD	14.775	17.939
	<u>14.457</u>	<u>19.343</u>
Deduções da receita bruta		
PIS	(98)	(132)
COFINS	(453)	(610)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(86)	(84)
Receita líquida operacional	<u>13.820</u>	<u>18.517</u>

15. Custo de operação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pessoal	(128)	(139)
Serviços de terceiros	(5.898)	(4.986)
Depreciação	(6.443)	(6.478)
Ressarcimento por geração reduzida - CCEAR	(365)	(600)
Encargos de uso da Transmissão	(1.651)	(1.497)
Outros custos operacionais	(860)	(277)
	<u>(15.345)</u>	<u>(13.977)</u>

16. Despesas operacionais

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Pessoal	(29)	(35)
Serviços de terceiros	(1.130)	(916)
Impairment	(31.917)	422
Outras despesas operacionais	(57)	(60)
	<u>(33.133)</u>	<u>(589)</u>

17. Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas de aplicações financeiras	1.223	311
Outras receitas financeiras	16	30
Receitas financeiras	<u>1.239</u>	<u>341</u>
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Encargos da dívida	(2.992)	(2.728)
Multas e juros contratuais	(12)	-
Despesas bancárias	(145)	(113)
Juros e multa	(6)	(7)
IOF	(6)	-
Tarifa prestação fiança	(7)	(8)
Outras despesas financeiras	(10)	(6)
Despesas financeiras	<u>(3.178)</u>	<u>(2.862)</u>
Total líquido	<u>(1.939)</u>	<u>(2.521)</u>

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

18.1. Tributos correntes

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são apurados através de 'lucro presumido'. Com base nesse regime, o lucro tributável corresponde a: i) 8% (venda de produtos) e 32% (prestação de serviços) do faturamento da Companhia acrescido de outras receitas operacionais para fins de imposto de renda; e ii) 12% (venda de produtos) e 32% (prestação de serviços) da mesma base tributável para fins de contribuição social.

O imposto de renda corrente é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável, acrescido do adicional de 10%, sobre o excedente a R\$ 240. A contribuição social corrente é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRPJ		
Receita bruta sujeita a 8%	15.229	21.040
Lucro presumido 8%	1.218	1.683
Rendimentos de aplicações financeiras e outras	1.223	341
Base de cálculo do IRPJ	2.441	2.024
IRPJ 15%	363	304
IRPJ adicional 10%	226	195
IR de aplicação		
Total a pagar IRPJ	<u>(589)</u>	<u>(499)</u>
CSLL		
Receita bruta sujeita a 12%	15.229	21.040
Lucro presumido 12%	1.827	2.525
Rendimentos de aplicações financeiras e outras	1.223	341
Base de cálculo da CSLL	3.050	2.866
CSLL 9%	275	258
Total a pagar CSLL	<u>(275)</u>	<u>(258)</u>
Ajustes provisões	<u>21</u>	<u>18</u>
Total IRPJ e CSLL	<u><u>(843)</u></u>	<u><u>(739)</u></u>

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Considerações gerais

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui nenhum contrato que envolva operações com derivativos.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado
Ativos financeiros				
Contas correntes bancárias	-	31	-	7
Aplicações financeiras	179	-	2.325	-
Fundos vinculados	9.316	-	9.986	-
Contas a receber de clientes	-	1.056	-	1.130
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	-	28.224	-	31.750
Fornecedores	-	136	-	134

b. Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre empréstimos, financiamentos e aplicações financeiras sujeitos a riscos de variação de índices flutuantes.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2023 foi definido através de premissas disponíveis no mercado e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previsto para 31 de dezembro de 2023. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Índices	Taxa	Cenário	Cenário	
	2022 (%)	possível ▲ 25%	remoto ▲ 50%	
CDI	12,25%	9,19%	6,13%	
TJLP	7,37%	9,21%	11,06%	
	Saldo em	Exposição	Cenário	Cenário
	31/12/2022		possível	remoto
			(25%)	(50%)
Ativo (redução)				
Fundos Vinculados	9.316	CDI	856	571
Passivo (aumento)				
Empréstimos e Financiamentos	28.224	TJLP	2.600	3.120

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o ponto em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com seus passivos financeiros de curto prazo.

d. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias, e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

Os objetivos da Companhia são administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar a eficácia de custos.

20. Contingências

Em 31 de dezembro de 2022, conforme os assessores jurídicos da Companhia, tramitam, nas esferas judicial e administrativa, processos cíveis, trabalhistas e fiscais considerados pelos assessores jurídicos da Companhia e pelos advogados que a representam judicialmente como de risco possível, provável e remoto de materialização.

Os valores referentes aos processos considerados de risco provável estão previstos nos passivos da Companhia. Os processos de risco possível e aqueles que a Companhia entende que merecem destaque serão a seguir detalhados.

- a. Impactos da REN n° 719/2016 (alteração da REN n° 595/2013) (Êxito provável)

Em 17 de maio de 2016, foi publicada a REN n° 719/2016 da ANEEL que, entre outras, trouxe algumas alterações nas Regras de Comercialização da CCEE. Tais alterações incluíram mudanças na REN n° 595/2013 na forma de mensuração da receita fixa no período de atraso na entrega de energia vendida na modalidade de CCEAR.

Em resumo, antes da REN n° 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso considerava o somatório da receita fixa com a receita variável, quando aplicável, além dos efeitos no Mercado de Curto Prazo (MCP). Para as eólicas (usinas sem CVU), não há parcela de receita variável, porém para os efeitos do MCP era feita uma simulação com base nas características da usina e nos dados contratuais, ou seja, a geração simulada era determinada pela disponibilidade mensal da usina e comparada com a energia contratada.

Assim, dada a característica sazonal dos ventos, verificou-se uma disparidade entre a energia contratada e a disponibilidade mensal, a depender do período de atraso.

Portanto, o preço utilizado para fins de reconhecimento tarifário no pagamento do montante da energia em atraso para centrais eólicas poderia ter diferentes efeitos, considerando a disponibilidade mensal da energia contratada em determinado mês e os preços elevados no MCP.

Há ainda consideração acerca do cumprimento da obrigação contratual, que para as usinas eólicas tem aferições anuais e quadrienais entre a energia gerada e a obrigação de entrega, o que pode resultar em ressarcimento devido pelo vendedor aos compradores. Este ressarcimento que considera a energia gerada e a quantidade da energia comprometida e para os períodos de descasamento, atraso, suspensão de unidade geradora ou submotorização, é utilizado para compor a energia gerada anual a energia vinculada ao contrato, ou seja, a energia contratada.

Por fim, conclui-se que não era razoável imputar a disponibilidade mensal, para fins de valorar o atraso na aplicação da REN n° 595/2013, e a energia contratada, para fins desse mesmo atraso na conciliação anual.

Nesse caso, a partir da REN n° 719/2016, o valor suportado para as usinas em atraso passou a considerar a energia contratada e, então, o preço será apenas a receita fixa unitária, uma vez que os efeitos do MCP serão nulos ao considerar a geração simulada como próprio valor da energia contratada.

Para os agentes impactados, a reapuração foi feita para o período de fevereiro de 2014 até abril de 2016, com um impacto aproximado de R\$ 5.328 para as eólicas do complexo Livramento.

A Companhia não concorda com a aplicação retrospectiva dessa resolução e, com o auxílio de assessor jurídico externo, ingressou com ação judicial para suspender os efeitos financeiros da aplicação retrospectiva e ação para anular tais efeitos. A ação proposta pela Companhia foi julgada procedente pela Justiça Federal do Distrito Federal em maio de 2022. A ANEEL interpôs recursos de apelação contra a sentença de procedência, e o recurso está pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

b. Ação de Reparação por Perdas e Danos - Geonaturae (Perda provável)

Em julho de 2018, a empresa Geonaturae Comércio de Serviços Ambientais Ltda. ingressou com Ação de Reparação por Perdas e Danos, solicitando o pagamento de R\$ 248, a título de perdas e danos, acrescido de juros e correção monetária, em função da quebra do contrato firmado com a Eólica Ibirapuitã S.A., em virtude da sua rescisão. Após regular instrução processual, foi proferida sentença julgando a ação procedente em novembro de 2020. Foi interposto recurso de apelação com o objetivo de reformar a sentença e uma provisão deste valor foi constituída em dezembro 2020 no passivo não circulante.

c. Requerimento Administrativo - ANEEL

Em 06 de julho de 2018, a Eólica Ibirapuitã S.A. protocolou junto à ANEEL Requerimento Administrativo, que tinha por objetivo a revisão dos valores de ressarcimento anual e quadrienal dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) registrados em 2017 que, num primeiro momento, tiveram o seu volume reduzido para o período compreendido entre 01 de abril e 31 de dezembro de 2017, suspendendo a possibilidade de entrega de energia nesse período e, posteriormente, foram integralmente rescindidos, encerrando suas obrigações contratuais quanto à entrega de energia para os agentes compradores. Tais situações foram possíveis em virtude do processamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCS D: MCS D de Energia Nova A-0 e MCS D Energia Nova A4+.

O Requerimento Administrativo acima descrito apresenta os argumentos da empresa no sentido de que o cálculo do ressarcimento deve considerar a referência de preço médio do PLD aplicável apenas ao período em que havia obrigação de entrega de energia, qual seja até 31 de março de 2017 e não até dezembro do mesmo ano, conforme o cálculo apresentado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). No entanto, o referido Requerimento foi negado pela Superintendente de Regulação Econômica e Estudos do Mercado da ANEEL, conforme Despacho nº 2.141, de 19 de setembro de 2018.

Em 11 de janeiro de 2019 foi protocolado o Pedido de Anulação, elaborado por escritório especialista em demandas perante a ANEEL, que tem por finalidade a reversão da decisão tomada pela Agência, nos termos do Despacho anteriormente mencionado, e a reapuração dos valores de ressarcimento anual e quadrienal dos CCEARs rescindidos em virtude do processamento do MCSD, de maneira a considerar a referência de preço aplicável apenas ao período em que havia obrigação de entrega de energia. No entendimento do escritório que patrocinava o processo administrativo perante a ANEEL a chance de sucesso do Pedido de Anulação era provável.

No entanto, em 28 de maio de 2019 a Diretoria da ANEEL, por unanimidade, decidiu, negar provimento ao Pedido de Anulação, mantendo na íntegra o Despacho nº 2.141/2018, conforme indicado na nota 14. A Administração da Companhia iniciou, em janeiro de 2020, uma ação judicial para discutir a decisão da ANEEL. Em março de 2021 foi proferida sentença julgando a ação improcedente. Atualmente há um recurso de apelação aguardando julgamento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Atualmente a ação está em fase de recurso judicial. Como ainda não há uma decisão favorável, nas informações contábeis da Companhia o valor considerado para o pagamento dos ressarcimentos devidos às distribuidoras pela controlada Eólica Ibirapuitã S.A. é o calculado pela CCEE (até dezembro de 2017).

d. Autos de Infração - REIDI (êxito possível)

A Receita Federal do Brasil (RFB) autuou as empresas Eólica Ibirapuitã S.A., Eólica Cerro Chato IV S.A., Eólica Cerro Chato V S.A., Eólica Cerro Chato VI S.A. e Eólica Cerro dos Trindade S.A. aplicando multa regulamentar em decorrência de suposto descumprimento de obrigação acessória no âmbito do REIDI (Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura). A tese central da defesa referente à multa se refere ao fato de que as empresas haviam comunicado, por equívoco, o encerramento da obra em data incorreta, razão pela qual, na visão da RFB, o prazo legalmente previsto na legislação do REIDI teria sido descumprido.

E o equívoco do contribuinte estaria no fato de que, à época, as obras não haviam se encerrado, daí porque a multa seria incabível. O valor dos autos de infração somados é de R\$ 283. Foram apresentadas impugnações administrativas aos autos de infração, suspendendo a aplicação da multa até que a impugnação seja analisada administrativamente. As impugnações foram julgadas improcedentes pela Delegacia Regional de Julgamento (DRJ), o que motivou a interposição de recursos voluntários - com efeito suspensivo - ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Atualmente, os recursos voluntários em questão aguardam julgamento.

- e. Ação Ordinária - GBO Serviços de Portaria e Limpeza Ltda. (perda possível)

Em outubro de 2019, a Companhia recebeu citação de Ação Ordinária proposta pela empresa GBO Serviços de Portaria e Limpeza Ltda. pleiteando o pagamento do último mês da prestação dos serviços, lucros cessantes, multa por rescisão imotivada, referente ao contrato firmado com a Eólica Ibirapuitã S.A., bem como aos contratos firmados com a Chuí Holding S.A. e Santa Vitória do Palmar Holding S.A. Deu à causa o valor total de R\$ 252, sendo que R\$ 48 se referem à Ibirapuitã. Atualmente a ação aguarda julgamento em 1ª instância.

- f. Procedimento Arbitral CMA 777 - WEG Equipamentos Elétricos S.A. (perda possível)

Trata-se de arbitragem instaurada pela Ibirapuitã contra a WEG em novembro de 2022, em que se busca o cumprimento de obrigações previstas no Contrato de Fornecimento, Supervisão de Montagem e Comissionamento de Aerogeradores (O&M) firmado entre ambas em 30/10/2014. Objetivamente, a responsabilização da WEG pelo reparo de aerogeradores danificados, e pelo pagamento das indenizações decorrentes da paralisação dos equipamentos. O valor estimado do litígio é de R\$ 15 milhões.

Uma vez apresentado o requerimento inicial, a Ibirapuitã indicou como árbitro o advogado André Leal Faoro. Por sua vez, após responder o requerimento de instauração a WEG indicou a advogada Debora Visconte como árbitra. Atualmente aguarda-se a escolha do Árbitro Presidente para formação do Tribunal Arbitral.

21. Compromissos

21.1. Desmobilização de ativos

A Companhia possui contratos de arrendamentos de terrenos com terceiros. O Pronunciamento Contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes determina que se deve constituir provisão de desmobilização de ativos para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original, devendo-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado. Entretanto, os contratos mantidos pela Companhia possuem cláusula específica que permite à Companhia remover ou não a rede elétrica e os equipamentos do terreno, desde que em caso de não remoção não ocorra prejuízos aos arrendadores.

Desta forma, considerando que a Administração espera manter a utilização da rede elétrica e dos equipamentos após o fim do contrato, seja por extensão do contrato ou por venda para terceiros, não foi construída provisão para desmobilização de ativos, já que não são esperados desembolsos.

21.2. Arrendamentos

A Companhia possui compromissos referente ao contrato de arrendamento de terras, os quais se referem, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia.

Os pagamentos efetuados para arrendamento são reconhecidos nas demonstrações do resultado pelo método linear, durante o período de arrendamento. Estes pagamentos ocorrem mensalmente e são equivalentes a 1,0% da receita líquida obtida com a geração de energia.

22. Eventos subsequentes

22.1. Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

22.2. Aporte de capital Livramento Holding e liquidação financiamento BNDES

Em 03 de fevereiro de 2023, mediante aprovação em AGE, foi realizado aumento de capital social da Eólica Ibirapuitã S.A., pela Livramento Holding S.A. no valor de R\$ 28.846, mediante a emissão de 28.845.585 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, destinado ao pagamento da dívida junto ao BNDES. Dessa forma, foi efetuado o pagamento integral do saldo devedor do financiamento do BNDES em 03 de fevereiro de 2023.